

Construção dos discursos jornalísticos sobre o patrimônio cultural: uma análise do caso da Praça Cívica de Goiânia¹

Déborah Machado GOUTHIER²

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN)

Resumo

O presente artigo visa analisar o discurso construído pelo jornal O Popular, ao longo do ano de 2015, nas estórias publicadas sobre a Praça Cívica de Goiânia (GO) e a obra de requalificação pela qual o local passava. A proposta é de que, a partir de uma abordagem integrada, seja possível compreender se e como a imprensa promove as discussões a respeito do patrimônio cultural, tendo como estudo de caso um espaço público que é também espaço de folkcomunicação, enquanto principal marco da capital goiana.

Palavras-chave: jornalismo; patrimônio cultural; Praça Cívica; Goiânia; O Popular.

Introdução

Como parte da pesquisa de mestrado, que pretende discutir a comunicação como possível agente de preservação do patrimônio cultural, o presente artigo analisa a construção do discurso jornalístico sobre o patrimônio cultural, tomando como estudo de caso a abordagem da Praça Cívica de Goiânia (GO) pelo jornal O Popular, ao longo do ano de 2015, quando o local passou por uma grande obra de requalificação.

É preciso destacar, sobretudo, que a pesquisa entende o jornalismo enquanto construção social, partindo da perspectiva da teoria interacionista. Concordamos com Traquina (2012) quando afirma que a conceituação das notícias como estórias “dá relevo à importância de compreender a dimensão cultural” das mesmas (TRAQUINA, 2012, p.172). Assim, escolhemos trabalhar com o caso específico das estórias jornalísticas sobre a Praça Cívica, a fim de analisar o tratamento dado pela mídia local à obra realizada naquele que, além de um patrimônio cultural protegido pelo Iphan, também é tido como principal espaço público e marco da cidade e, por isso, passível de ser um importante espaço de folkcomunicação, no sentido de que reúne e intercambia elementos da cultura de massa e da cultura popular.

A Praça Cívica

¹ Trabalho apresentado no GP Folkcomunicação, Mídia e Interculturalidade do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Jornalista, mestranda do programa de Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do IPHAN, e-mail: dehgouthier@gmail.com

Goiânia foi fundada em 24 de outubro de 1933, durante o governo provisório de Getúlio Vargas e dentro da política conhecida como Marcha para Oeste, que pretendia acelerar o desenvolvimento e a ocupação da região do Centro-Oeste do Brasil. Sob a justificativa de melhores condições de modernização e crescimento para o Estado, o então interventor federal Pedro Ludovico Teixeira encabeçou a construção de uma cidade, planejada para ser a nova capital estadual. O projeto para a cidade foi desenvolvido pelo arquiteto e urbanista Atílio Côrrea Lima. De acordo com ele (LIMA, 1935), a nova capital teria seu centro cívico disposto na parte mais alta da cidade, configurando os edifícios administrativos em torno de uma praça, que veio a se chamar Praça Cívica.

A proposta do urbanista para a Praça era torná-la o principal espaço público de Goiânia – não satisfazendo só o tráfego gerado pela centralidade e ponto de convergência das avenidas, mas, principalmente, atendendo também as demonstrações cívicas. “Pela sua amplitude, deverá atrair, nos dias festivos da nação, o povo, despertando atitudes cívicas.” (LIMA, 1937 apud IPHAN, 2010, p. 170). A proposta de espaço público, aqui, retoma a ideia conceituada por Habermas (2003) e desenvolvida por Queiroga e Benfatti (2007) no campo do urbanismo, não apenas como suporte físico, mas como espaço onde se realizam as ações da esfera pública.

Atualmente, a Praça é tombada pelo Iphan como principal elemento do traçado urbano de Goiânia. O tombamento³ inclui 22 bens, sendo 12 deles constituintes do chamado Conjunto da Praça Cívica⁴, que inclui edifícios institucionais e mobiliário urbano.

Em fevereiro de 2015 foi iniciada uma obra de requalificação urbana da Praça Cívica, hoje oficialmente denominada Praça Pedro Ludovico Teixeira. Conduzida pela Prefeitura Municipal, com projeto oferecido pelo Governo Estadual, e aporte financeiro de R\$ 12,5 milhões do Governo Federal, via PAC Cidades Históricas, a intervenção tem como mote principal a proposta de “devolver a praça para as pessoas”. Isso se justifica pelo fato de que, nos últimos anos, ela havia se afastado do uso proposto pelo urbanista Atílio Côrrea Lima, funcionando como um grande pátio de estacionamento, que não só escondia suas características urbanísticas e arquitetônicas, mas que também impedia seu uso como espaço simbólico de lazer e convivência na cidade.

³ Processo de Tombamento nº 1500-T-02. Dossiê de Tombamento do Acervo arquitetônico e urbanístico de Goiânia, aprovado pelo Conselho Consultivo do IPHAN em 11 de dezembro de 2002.

⁴ O Conjunto da Praça Cívica, conforme apresentado no dossiê de tombamento, inclui: coreto, fontes luminosas, obeliscos com luminárias, Fórum e Tribunal de Justiça (atual Procuradoria Geral do Estado), Departamento Estadual de Informação (atual Museu Zoroastro Artiaga), Palácio das Esmeraldas, Delegacia Fiscal (futura sede do Iphan/GO), Chefatura de Polícia (atual Subsecretaria Estadual de Cultura), Secretaria Geral (atual Centro Cultural Marieta Telles) e Tribunal Regional Eleitoral. Além deles, também inclui a Residência de Pedro Ludovico (atual Museu Pedro Ludovico) e a Torre do Relógio. Estes dois últimos, por sua vez, não se encontram diretamente na Praça, mas em sua poligonal de entorno.

O discurso oficial

O fenômeno da divulgação da obra de requalificação da Praça Cívica na mídia teve algumas características que valem ser observadas. Em primeiro lugar, a obra de requalificação do espaço representou uma parceria intergovernamental. Assim, era de interesse de diferentes atores divulgá-la para a população, de forma atraente e positiva. Os *releases* sobre a questão, portanto, partiram de diferentes frentes: do Iphan, do Governo Municipal e do Governo Estadual, cada um com seus interesses específicos e enfoques distintos diante da ação.

Traquina (2012) e Alsina (2009) explicam a proposta de Molotch e Lester para o processo de negociação constante que é a produção das notícias como um processo interativo entre diversos agentes sociais. Segundo o argumento desses autores, o complexo “xadrez jornalístico” tem como principais peças os promotores das notícias (*news promoters*), os fazedores das notícias (*news assemblers*) e os consumidores das notícias (*news consumers*), identificados respectivamente como as fontes, os jornalistas e a audiência. Para esses autores, transformar um acontecimento em notícia significa dar existência pública a esse acontecimento (Traquina, 2012). Todavia, os chamados promotores das notícias, sejam indivíduos ou coletividades, possuem propósitos diferentes enraizados em suas biografias, culturas e situações específicas e, por isso, geram diferentes necessidades de acontecimentos (Molotch e Lester, 1974/1993, apud Traquina, 2012).

Definida a promoção como a ação de um ator que, ao presenciar uma ocorrência, ajuda a torná-la pública para outras pessoas, Molotch e Lester sublinham primeiro a existência de interesses na promoção de certas ocorrências ou na prevenção de certas ocorrências se tornarem acontecimentos públicos, e a intencionalidade que está por trás de uma parte significativa de acontecimentos (nomeadamente os chamados “acontecimentos de rotina”). (TRAQUINA, 2012, p.187)

Entendendo ainda que os próprios jornalistas, enquanto participantes ativos no processo de produção das notícias, também possuem suas próprias necessidades de acontecimentos, Traquina (2012) conclui que, “nas sociedades *mass-mediatizadas*, o campo jornalístico constitui um alvo prioritário da ação estratégica dos diversos agentes sociais” (TRAQUINA, 2012, p.188), em especial, os do campo político. No caso da obra de requalificação da Praça Cívica de Goiânia, a combinação de interesses entre as três esferas (federal-estadual-municipal) enquanto promotores daquele acontecimento como notícia

gerou uma grande repercussão do assunto, em especial quando do lançamento da obra e da divulgação das primeiras informações a seu respeito.

A Prefeitura Municipal chegou a organizar, em 02 de fevereiro de 2015, uma solenidade para a assinatura da ordem de serviço da obra de requalificação da Praça Cívica, onde recebeu diversos representantes da imprensa local, políticos e representantes das três esferas de governo, gerando grande repercussão na mídia. Meses mais tarde, em outubro, apesar de a obra ainda não ter sido totalmente concluída, o Governo Municipal manteve a proposta anunciada anteriormente e recebeu a população no local, em evento em comemoração ao aniversário de Goiânia e entrega da Praça Cívica requalificada, gerando um novo *boom* das histórias jornalísticas a respeito. Além desses dois momentos de maior impacto, a Praça continuou sendo noticiada em diversas ocasiões ao longo de 2015, em matérias relacionadas à sua história, ao andamento da obra e a outros assuntos pontuais, como veremos adiante.

Em todos esses momentos, é possível notar que a Administração Municipal procurou manter uma linha de coerência em seu discurso, na qual afirmava estar “devolvendo a praça para as pessoas”. Era esse o mote da obra de requalificação: alguns transtornos com a obra, o fim do estacionamento no local, mas tudo em prol de uma retomada daquele espaço como público, como ponto de convergência da cidade, como velho/novo local de entretenimento e lazer. Essa ideia foi difundida nos *releases* institucionais divulgados e reproduzida pela imprensa local, por meio de histórias tais como: “A praça dos carros volta ao povo”, publicada no jornal O Popular de 03/02/15, para anunciar o início e as intenções da obra; e “Praça Cívica volta a ser da população”, reportagem desse mesmo jornal, em edição de 25/10/15, quando da entrega parcial da obra.

O discurso jornalístico

Durante todo o ano de 2015, foram realizados *clippings* diários do que era publicado nos jornais impressos e online de Goiás a respeito da Praça Cívica. Foram compiladas, portanto, 80 histórias jornalísticas veiculadas por oito jornais locais (O Popular, Jornal Opção, A Redação, O Hoje, Diário da Manhã, G1 Goiás, Tribuna do Planalto e Diário de Goiás). No entanto, a fim de conduzir uma discussão mais aprofundada sobre o discurso da imprensa naquele momento, entendemos a necessidade de um recorte específico que permitisse uma metodologia de abordagem integrada, como o fez Braga (2002), ao aliar análise de texto e contexto; conteúdo e discurso. Separá-los, segundo Mouilllaud (2002),

gera uma dicotomia que pode ser errônea quando se avalia um jornal, já que essas abordagens não se excluem, mas complementam. Para esse recorte, optamos então pela análise integrada das histórias publicadas em O Popular – em suas versões online e impressa.

A escolha por esse veículo se justifica por algumas razões: 1) esse foi o jornal que publicou a maior quantidade de histórias sobre a praça ao longo do período aqui analisado; 2) é também o veículo de maior destaque no Estado de Goiás, além de ser o único (entre os destacados aqui) listado pela ANJ na lista dos maiores do país⁵; 3) foi o veículo com a maior quantidade de produções de reportagens sobre o tema, mobilizando recursos, equipe, empenho e intenção em torno da questão.

O *clipping* da Praça Cívica no jornal O Popular em 2015 possui 44 histórias, sendo oito do gênero opinativo e 36 do gênero informativo. Todavia, como este artigo limita sua abordagem ao discurso jornalístico em si, optamos por delimitar nossa análise aos textos informativos – listados no Anexo I, onde também os separamos em reportagem, coluna, nota, nota em meio digital e fotorreportagem. A partir da distribuição das histórias ao longo do ano de 2015, pudemos traçar, em linhas gerais, uma espécie de linha do tempo das principais temáticas para as publicações do referido jornal:

- janeiro: anúncio da obra de requalificação;
- fevereiro: início da obra;
- maio: demolição do prédio da antiga prefeitura (o “caixotão”);
- agosto: conclusão de metade da obra e anúncio de data para a entrega;
- outubro: transferência de monumento de Pedro Ludovico e;
entrega parcial da obra no aniversário da cidade;
- novembro: informa que a revitalização completa do espaço fica para 2016.

Outro aspecto bastante notável, e de relevância para a discussão por nós empreendida, é de que entre as 36 histórias analisadas, 24 foram publicadas na editoria de Cidades e 12 na de Política, sendo dez destas dentro da coluna Giro, que trabalha com notas sobre política e a cidade. Apesar de só alguns dos textos opinativos terem sido enquadrados no caderno de Cultura do jornal (intitulado Magazine), entendemos que a própria ideia de “resgate” de um espaço e de seu uso é uma referência direta à cultura e aos modos de vida

⁵ A ANJ (Associação Nacional de Jornais) publica, anualmente, alguns dados sobre a indústria jornalística no Brasil. Segundo dados de maio de 2015, o país possui 5.219 jornais, sendo 784 deles diários. Em Goiás, a pesquisa mostra 203 jornais ao todo, sendo 19 diários. Na lista dos 50 maiores jornais do país em 2014, o jornal O Popular figura em 32º lugar, com média de circulação impressa e digital de 30.389 unidades. Além dele, o único outro jornal goiano presente na lista da ANJ é o Daqui, pertencente ao mesmo grupo de mídia de O Popular, o Grupo Jaime Câmara.

da população goianiense, o que nos leva a concluir que essas temáticas acabam se fundindo entre as editorias.

Também podemos destacar que quatro entre as cinco notas publicadas exclusivamente em meio digital possuíam a clara função de antecipar a estória que seria publicada na edição impressa do jornal do dia seguinte, mais extensa e apurada. Essa possibilidade de publicá-las antecipadamente na edição online atende aos critérios de imediatismo no jornalismo e proporciona maiores chances de furo jornalístico.

Outro fator relevante na análise das estórias publicadas em O Popular é a predominância das fontes oficiais, principalmente relacionadas à Prefeitura Municipal, mas também representantes do Governo Estadual e do Iphan. Segundo Traquina (2012), qualquer pessoa pode ser uma fonte de informação e um dos aspectos principais do trabalho jornalístico é o cultivo dessas fontes. Todavia, é necessário lembrar que elas são, necessariamente, pessoas interessadas – seja em mostrar ou em esconder alguma informação (Mouillaud, 2002). Assim, para “avaliar a fiabilidade da informação, os jornalistas utilizam diversos critérios na avaliação das fontes, nomeadamente 1) a autoridade; 2) a produtividade; e 3) a credibilidade.” (TRAQUINA, 2012, p.193). Tais critérios citados pelo autor justificam a predominância das fontes oficiais nas estórias jornalísticas e também no caso específico da Praça.

Devido a esses critérios é fácil compreender que as fontes oficiais correspondem melhor do que as outras às necessidades organizativas das redações. As fontes oficiais acabam por assumir uma credibilidade adquirida com o tempo e com a rotina. Se a credibilidade da “estória” não pode ser rapidamente confirmada, o jornalista procura basear-se na credibilidade da fonte, na sua honestidade. (TRAQUINA, 2012, p.194)

Bourdieu (1997, apud Traquina, 2013) afirma que os jornalistas possuem óculos particulares, por meio dos quais veem ou deixam de ver as coisas, operando uma seleção e, então, uma construção daquilo que é selecionado. Para além da escolha das fontes, a já referida linha do tempo das publicações nos mostra a importância da ação do jornalista enquanto parte ativa nessa construção, quando nos apresenta alguns dos acontecimentos que foram enxergados pelas lentes dos jornalistas e transformados em notícias, a partir de critérios (valores-notícia) tais como proximidade, relevância, novidade, notabilidade, visualidade, concorrência, conflito, entre outros (Traquina, 2013). Assim, além do início e da entrega parcial da obra da Praça Cívica, a imprensa escolheu destacar dois momentos: a demolição do Palácio das Campinas e a transferência da estátua de Pedro Ludovico.

O primeiro caso se trata do edifício que abrigava a antiga sede da Prefeitura Municipal e foi demolido durante as intervenções na Praça - apesar de não fazer parte do projeto inicial da requalificação. Em seu lugar, foi inserida uma instalação do artista plástico goiano Siron Franco. A alteração foi proposta pela Câmara de Vereadores e custeada pela Prefeitura gerando repercussão na imprensa, sendo oito estórias publicadas pelo jornal O Popular sobre o assunto: uma nota na coluna Giro (05/02/15), as notas “Palácio das Campinas será demolido” (21/05/15) e “Cmeis receberão telhas de prédio” (28/05/15), as reportagens “Antiga prefeitura será demolida” (22/05/15), “Barracão dá lugar à arte” (23/05/15), “Acaba demolição do “caixotão”” (09/06/15) e “Obra de Siron fora do orçamento para a Praça Cívica” (07/07/15), além da fotorreportagem “O último adeus ao “caixotão”” (30/05/15). Já o segundo caso faz referência à estátua do antigo interventor e fundador de Goiânia, Pedro Ludovico Teixeira em seu cavalo. De autoria da artista plástica Neusa Moraes, a obra vinha de um polêmico histórico que se encerrara, anos antes, com sua instalação na parte externa da Praça Cívica, junto ao Centro Administrativo Estadual. A polêmica foi então retomada quando de sua retirada do referido local para transferência para o anel interno da Praça. Foram então publicadas por O Popular a nota “Estátua de Pedro Ludovico Teixeira é levada para Praça Cívica” (03/10/15) e as reportagens “O passeio de Pedro Ludovico” (04/10/15), “Altura de estátua de Pedro Ludovico vira nova polêmica” (14/10/15), “Esboços revelam ideia original” (20/10/15).

Enquanto o início e o fim da obra são acontecimentos relativamente previsíveis do ponto de vista da noticiabilidade, esses dois momentos específicos envolvem outros conjuntos de valores-notícia passíveis de serem trabalhados pela imprensa. Segundo Wolf (2003), tais valores funcionam de forma dinâmica e complementar: são as diferentes relações e combinações entre os valores-notícia que estabelecem a seleção de um fato como notícia. Para o autor, esses critérios vão estar presentes ao longo de todo o processo de produção jornalística - da seleção à construção do texto em si, como guias do trabalho do jornalista.

Destacamos ainda duas das estórias encontradas entre as matérias de O Popular: “Reforma tira Joaquim da praça” (07/02/15) e “Eternizados na história da capital” (03/04/15). Ambas as reportagens rendem exemplos de personalização e dramatização, nos termos dos valores-notícias elencados por Traquina (2013). O autor português explica:

A lógica é a seguinte: quanto mais personalizado é o acontecimento, mais possibilidades tem a notícia de ser notada, pois facilita a identificação do acontecimento em termos “negativo” ou “positivo”. Por personalizar,

entendemos valorizar as pessoas envolvidas no acontecimento: acentuar o fator pessoa. (...) Inúmeros estudos sobre o discurso jornalístico apontam para a importância da personalização como estratégia para agarrar o leitor porque as pessoas se interessam por outras pessoas.

Outro valor-notícia de construção é a dramatização, que figura na lista de valores-notícia de Ericson, Baranek e Chan. Por dramatização entendemos o reforço dos aspectos mais críticos, o reforço do lado emocional, a natureza do conflitual. (TRAQUINA, 2013, p.89)

Desse modo, quando o jornal anuncia que a reforma da Praça Cívica é culpada pelo despejo de um idoso de 90 anos está instigando o lado emocional do público leitor, instaurando um conflito que questiona mesmo a proposta da obra: será mesmo positiva uma intervenção que promove esse tipo de atitude? No entanto, ao longo do texto, o leitor descobre que a trajetória de 65 anos de trabalho de Joaquim na Praça, como comerciante, será sim interrompida pela obra, mas que mesmo ele é favorável à requalificação do espaço, diante do abandono e das más condições em que se encontra. Dramatização e personalização combinados. Já no segundo caso, das “estátuas vivas”, temos a história dos três homens que serviram de modelos para a escultora Neusa Moraes criar os esboços para a obra que seria o Monumento às Três Raças, hoje ponto central da Praça Cívica e um dos símbolos de Goiânia. O monumento foi inaugurado em 1967 e as identidades dos modelos foram reveladas em reportagem do mesmo jornal em 2003. A estória publicada em 2015 visa, no entanto, recontar a história dos três personagens, agora conduzidos pela obra de requalificação como os homens por trás do monumento, a própria personalização do cartão-postal da cidade.

Uma análise quantitativa dos textos aqui coletados também pode trazer à tona alguns aspectos relevantes para a compreensão do discurso jornalístico sobre a Praça. Para isso, a pesquisa traçou a frequência de algumas palavras ao longo das 36 estórias publicadas sobre a Praça Cívica no jornal O Popular durante o ano de 2015. Dentro da nossa frente de análise foram escolhidos vocábulos com relevância para a discussão sobre o patrimônio cultural, tais como “patrimônio”, “cultura”, “tombamento” e “Iphan”; vocábulos relativos à questão da obra e a Praça Cívica, tais como “praça”, “PAC”, “cidade”, “pessoas”; e mesmo as terminologias que buscam definir a intervenção, tais como “requalificação”, “restauração” e “revitalização”. Ao todo foram 35 palavras contabilizadas em todos os textos e relacionadas conforme sua ocorrência⁶.

Nesse quantitativo podemos constatar, sobretudo, a ocorrência do vocábulo “praça”, encontrado 223 vezes ao longo das 36 estórias analisadas. Isso comprova a hipótese de que

⁶ A listagem completa e a tabela com a frequência de cada um dos vocábulos pode ser consultada no Anexo II.

a Praça Cívica esteve em grande exposição midiática durante o ano em análise. Em seguida, entre as palavras por nós listadas, as mais reincidentes são “obra” (e seu plural, “obras”), com 115 menções; “prefeitura”, com 50 menções; “monumento” (e seus derivados: “monumental”, “monumentalidade” e “monumentos”), com 43 menções e “cidade” (e seu plural, “cidades”), mencionada 39 vezes. Destacamos ainda a ocorrência da palavra “Iphan” 25 vezes e da palavra “patrimônio” apenas duas. Em contrapartida, temos a ocorrência da palavra “estacionamento” (e seu plural, “estacionamentos”) por 35 vezes e da palavra “carro” (e seu plural, “carros”) 32 vezes.

Apesar de, aparentemente, tratarem de questões distintas, essa notável diferença na menção dos temas “estacionamento” e “patrimônio” comprova o que Traquina (2013) chamou de abordagem jornalística orientada para o acontecimento (nesse caso, o fim das vagas de estacionamento na Praça), como oposição à abordagem orientada para as problemáticas (nesse caso, a questão patrimonial que envolve a temática da Praça).

Controlados pelo relógio, dedicados ao conceito de atualidade, obcecados pela novidade, os jornalistas estão permanentemente envolvidos numa luta (aparentemente perdida) de reagir aos (últimos) acontecimentos. A abordagem das problemáticas requer mais recursos para elaborar a cobertura de algo não definido no espaço e no tempo. Requer, ironicamente, muitas vezes, o subterfúgio do tempo para ligar a problemática à atualidade. (TRAQUINA, 2013, p.113).

Assim, tal qual ocorre com a abordagem midiática sobre a AIDS analisada pelo autor (Traquina, 2013), temos o caso da Praça Cívica, onde é muito mais prático (e rápido) para o jornalista ter que lidar com os acontecimentos que estão ali, postos à frente de seus olhos do que com as problemáticas e contextos, como é o caso do patrimônio cultural. Com o início da obra e a proibição do estacionamento no local, os carros saem dali e vão para onde? - não por acaso, é esse o primeiro impacto da obra de requalificação da Praça, reforçado em trechos como: “Fim do estacionamento será a principal mudança. Recursos vieram do PAC Cidades Históricas” e “Cerca de mil carros passarão a disputar vagas de estacionamento” – respectivamente, subtítulo e intertítulo da primeira reportagem publicada sobre o assunto em O Popular (“Obras começam segunda-feira”, de 31/01/15). Algum sentido de identidade e pertencimento começa a ser superficialmente lembrado a partir da proposta divulgada pela Prefeitura Municipal e o título que se segue à solenidade de assinatura do início da obra é: “A praça dos carros volta ao povo” (03/02/15). Dias depois, mais abordagem para o acontecimento, com “Cresce flagra de veículo parado em local proibido” (10/02/15) e “Vale tudo para estacionar o carro” (17/04/15).

Por fim, destacamos também a forte incidência do termo “monumento” e os vocábulos dele derivados (“monumentalidade”, “monumental” e “monumentos”), citados 43 vezes nos textos analisados. A nosso ver, isso demonstra que ainda prevalece uma cultura de valorização da materialidade e da ideia de monumento enquanto patrimônio cultural, como demonstra Fonseca (2009):

A imagem que a expressão “patrimônio histórico e artístico” evoca entre as pessoas é de um conjunto de monumentos antigos que devemos preservar, ou porque constituem obras de arte excepcionais, ou por terem sido palco de eventos marcantes, referidos em documentos e em narrativas de historiadores. Entretanto, é forçoso reconhecer que essa imagem, construída pela política de patrimônio conduzida pelo Estado por mais de sessenta anos, está longe de refletir a diversidade, assim como as tensões e os conflitos que caracterizam a produção cultural do Brasil, sobretudo a atual, mas também a do passado. (FONSECA, 2009, p.59)

A própria questão do patrimônio intangível (ou imaterial) e as mudanças mais recentes nas políticas de patrimônio cultural⁷ em seu favor vêm interessadas na ampliação dessa noção de patrimônio, agora como “repertório de bens, ou “coisas”, ao qual se atribui excepcional valor cultural, o que faz com que sejam merecedores de proteção por parte do poder público” (FONSECA, 2009, p.66). Entretanto, essa ideia da conservação do que é físico ou material (centrada na própria noção de tombamento⁸) ainda é reforçada em diversos aspectos, que vão desde a configuração da Praça Cívica, que dá destaque e centralidade às grandes obras e esculturas, mas também nos discursos construídos pela imprensa, quando aborda esses monumentos enquanto principais marcos da cidade e reforça essa materialidade enquanto símbolo cultural, como podemos nitidamente perceber em: “Eternizados na história da capital” (03/04/15); “O passeio de Pedro Ludovico” (04/10/15); e “De volta ao monumental” (22/10/15).

A primeira estória, como já foi apresentado, apresenta os três homens que serviram de modelos para a escultora Neusa Morais, responsável pelo Monumento às Três Raças, “dedicado aos trabalhadores anônimos que construíram Goiânia e um dos símbolos da capital” ou “principal marco da Praça Cívica”, como define a reportagem. Entretanto, em nenhum momento a estória promove a discussão sobre esses tais trabalhadores ou ainda

⁷ Podemos salientar, como a mais relevante delas, a própria mudança legal, já que a Constituição Federal de 1988 alarga o conceito de patrimônio cultural, abarcando tanto os bens de natureza material quanto os de natureza imaterial.

⁸ “Tombamento é um instrumento jurídico criado por lei federal – Decreto-lei nº 25 de 1937 (DL 25/37) – que tem por objetivo impor a preservação de bens materiais, públicos ou privados, aos quais se atribui valor cultural para a comunidade na qual estão inseridos” (RABELLO, 2015, p.2-3). Ele é a forma mais antiga e consolidada de preservação do patrimônio cultural, tendo sido absorvido pela Constituição Federal de 1988 como um instrumento, entre outros, de preservação.

sobre o fato de que os três modelos não representam a diversidade racial, como é possível ver nas fotos que ilustram a reportagem.

Na segunda estória destacada, temos a cobertura jornalística da transferência da estátua de Pedro Ludovico em seu cavalo, também já citada por nós. Por si só trata-se de uma reportagem curta e simples, apesar da ideia quase lúdica proposta pelo título e pela imagem da grandiosa estátua entre carros e ônibus, como se estivesse de fato passeando pela cidade. Mas vale lembrar que o assunto foi repercutido pelo jornal em uma nota publicada em sua versão digital no dia anterior (“Estátua de Pedro Ludovico Teixeira é levada para Praça Cívica”, de 03/10/15) e outras duas reportagens, que reforçam a discussão em torno da altura e posicionamento da estátua (“Altura de estátua de Pedro Ludovico vira nova polêmica”, de 14/10/15, e “Esboços revelam ideia original”, de 20/10/15). Altura e proporção, aspectos técnicos e estéticos são colocados em pauta, mas nenhuma discussão sobre a história de Pedro Ludovico e seu cavalo, sua relação com a cidade ou com a Praça Cívica.

Na terceira estória, a associação com o monumento e a materialidade está estampada desde o título. A reportagem tem grande relevância, pois antecede a entrega parcial da obra e pretende mostrar seus resultados. Logo, pelo título, temos que o resultado principal foi a volta a um estado visto como “monumental”. O texto faz referência às propostas do arquiteto e urbanista Atílio Côrrea Lima para Goiânia e afirma que “depois de anos utilizada como um grande estacionamento, a Praça Cívica está retomando sua monumentalidade”. Essa monumentalidade começa, então a ser descrita: o conjunto arquitetônico em art déco tombado pelo Iphan, as avenidas, uma grande escadaria, tipos de revestimento e de granito, o Monumento às Três Raças, as novas árvores, as pedras portuguesas, e afirma: “O objetivo maior, de fazer com que a população se apodere do espaço para seu lazer e contemplação, como era antigamente, deve ser atingido.” Como se tipos de piso e réplicas de luminárias originais dos anos 1930 fossem o suficiente para que uma população se aproprie do que já é dela.

Conclusão

A análise das estórias publicadas em O Popular ao longo de 2015 revelou uma parte significativa do discurso construído pela imprensa goianiense a respeito da Praça Cívica, abordada como espaço central da cidade e que agora, após uma grande intervenção urbanística, será devolvida a seus verdadeiros donos: o povo. Conforme pudemos avaliar do

discurso jornalístico, essa devolução se deve, sobretudo, às mudanças estéticas e estruturais: a restrição aos carros, a inserção dos monumentos, o calçamento de pedras portuguesas, etc. Todavia, concluímos também que a imprensa falha quando constrói seus discursos voltados apenas para os acontecimentos, deslocando-os dos contextos e problemáticas. Falha, quando perde seu caráter polifônico, de espaço plural e caminho para a discussão. Falha, ainda, quando deixa de lado a reflexão sobre o que faz daquela Praça, de fato, um espaço público, um símbolo de civismo, um lugar.

A compreensão da Praça Cívica como um espaço de folkcomunicação – pois reúne e intercambia elementos da cultura de massa e da cultura popular da cidade de Goiânia, como pudemos ver anteriormente - nos oferece uma alternativa possível aos discursos construídos tradicionalmente pela imprensa, no sentido de ver e ouvir as outras narrativas produzidas ali e que geram sentido de pertencimento e identidade com a comunidade que usufrui daquele espaço como lugar de troca, de lazer, de civismo ou de trabalho.

Reconhecer os discursos produzidos nas conversas das bancas de revista, dos vendedores ambulantes, flanelinhas e dos tantos Seu Joaquim que trabalham na Praça Cívica; nos grafites espalhados pelos muros e cartazes lambe-lambe pelos postes; nos bancos de pedra transformados em cama para dormir; ou nas fotografias de crianças abraçadas às estátuas do Monumento às Três Raças como recordação da cidade, pode ser uma das principais contribuições da folkcomunicação, ao valorizar

os diferentes modos através dos quais os grupos sociais se relacionam e produzem a cultura em meio às tensões entre a comunicação de massa e a comunicação popular. Compreende-se, portanto, que reconhecer a existência de múltiplas culturas e identidades é reivindicar o direito à diferença e à singularidade, ainda que se estabeleça o diálogo e a interação entre tradições e referências culturais diversas. (GADINI; WOITOWICZ, 2014, p.3)

Segundo Berdoulay (2012), “da interação entre cultura e espaço emergem lugares que o sujeito constrói enquanto constrói a si mesmo” (BERDOULAY, 2012, p.121), em um processo que envolve seleções e criações de sentidos e narrativas que, por sua vez, também redefinem os lugares. Acreditamos, portanto, que a combinação dessas narrativas, que partem de dentro e de fora da imprensa, mas, sobretudo, da população, será capaz de contar histórias sobre o passado, mas também sobre o futuro, ampliando a noção de patrimônio cultural e preservando-o, como parte constitutiva da identidade.

REFERÊNCIAS

ALSINA, Miquel Rodrigo. **A construção da notícia**. Tradução: Jacob A. Pierce. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

ANJ. Associação Nacional de Jornais. **A indústria jornalística**. Disponível em: <<http://www.anj.org.br/categoria/a-industria-jornalistica/jornais-no-brasil/>> Acesso em: jun. 2016.

BELTRÃO, Luiz. **Folkcomunicação**: a comunicação dos marginalizados. São Paulo: Cortez, 1980.

BERDOULAY, Vincent. Espaço e cultura. In: CASTRO, Iná Elias; GOMES, Paulo César da Costa; CORRÊA, Roberto Lobato. (Orgs.). **Olhares geográficos**: modos de ver e viver o espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

BRAGA, José Luiz. Questões metodológicas na leitura de um jornal. In: MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ª ed. p. 321-334. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. 2ª ed. p.59-79. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GADINI, Sérgio Luiz; WOITOWICZ, Karina Janz. A produção da cultura no cenário midiático: contribuições da Folkcomunicação para a análise do jornalismo cultural. In: INTERCOM. **Anais. XXXVII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**, Foz do Iguaçu, set. 2014.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da esfera pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução: Flávio R. Kothe. 2ª ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

IPHAN. **Goiânia art déco**: acervo arquitetônico e urbanístico – dossiê de tombamento. Goiânia: Instituto Casa Brasil de Cultura, 2010.

LIMA, Atílio Côrrea. Relatório do urbanista Côrrea Lima. **Plano diretor da cidade**. Acervo Iphan/GO. Campinas (GO): 1935.

MOUILLAUD, Maurice; PORTO, Sérgio Dayrell (Orgs.). **O jornal**: da forma ao sentido. 2ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2002.

QUEIROGA, Eugenio Fernandes; BENFATTI, Denio Munia. Sistemas de espaços livres urbanos: construindo um referencial teórico. **Paisagem e Ambiente**: ensaios - nº 24. Universidade de São Paulo: São Paulo, 2007, p. 81-88.

RABELLO, Sonia. O tombamento. In: REZENDE, Maria Beatriz; GRIECO, Bettina; TEIXEIRA, Luciano; THOMPSON, Analucia (Orgs.). **Dicionário IPHAN de Patrimônio Cultural**. 1ª ed. Rio de Janeiro, Brasília: IPHAN/DAF/Copedoc, 2015. (termo chave Tombamento).

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: porque as notícias são como são. Volume I. 3ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2012.

TRAQUINA, Nelson. **Teorias do Jornalismo**: a tribo jornalística – uma comunidade interpretativa transnacional. Volume II. 3ª ed. Florianópolis: Editora Insular, 2013.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. 8ª ed. Lisboa: Editorial Presença, 2003.

Anexo I: Listagem das estórias informativas sobre a Praça Cívica, publicadas em O Popular ao longo do ano de 2015

Gêneros informativos		
Formato	Título	Data de publicação
Reportagem	Obras começam segunda-feira	31/jan/2015
	A praça dos carros volta ao povo	03/fev/2015
	Reforma tira Joaquim da praça	07/fev/2015
	Cresce flagra de veículo parado em local proibido	10/fev/2015
	Eternizados na história da capital	03/abr/2015
	Vestígios de outros tempos	09/abr/2015
	Vale tudo para estacionar o carro	17/abr/2015
	Antiga prefeitura será demolida	22/mai/2015
	“Barracão” dá lugar à arte	23/mai/2015
	Acaba demolição do “caixotão”	09/jun/2015
	Obra de Siron fora do orçamento para Praça Cívica	07/jul/2015
	Paulo Garcia vistoria obras da Praça Cívica e do Macambira Anicuns	24/ago/2015
	Metade da obra já foi concluída	25/ago/2015
	O passeio de Pedro Ludovico	04/out/2015
	Altura de estátua de Pedro Ludovico vira nova polêmica	14/out/2015
	Esboços revelam ideia original	20/out/2015
	De volta ao monumental	22/out/2015
	Praça Cívica volta a ser da população	25/out/2015
	Revitalização total fica para abril	25/nov/2015
Coluna (Giro)	Agenda conjunta / Nova praça / Só pedestres	29/jan/2015
	Tirar prédio/ Barracão	05/fev/2015
	Falta de educação	06/fev/2015
	Arte de rua	02/mar/2015
	Desordem na praça	07/abr/2015
	Ordem na praça	08/abr/2015
	Barreira no caminho	08/nov/2015
	Sem permissão	13/nov/2015
	Outra praça / Em obras / Problema continua	17/nov/2015
	Réveillon na praça / Lava as mãos	06/dez/2015
Nota em meio digital	Palácio das Campinas será demolido	21/mai/2015
	Cmeis receberão telhas de prédio	28/mai/2015
	Estátua de Pedro Ludovico Teixeira é levada para Praça Cívica	03/out/2015
	Revitalização do espaço está quase pronta	21/out/2015
	Obra de Siron Franco é instalada na Praça Cívica	21/out/2015
Nota	Anunciada ciclofaixa entre Praça Cívica e T-63	13/set/2015
Fotorreportagem	O último adeus ao “caixotão”	30/mai/2015

Anexo II: Tabela de frequência de palavras

Palavra	Ocorrências
Praça	223
obra, obras	115
Prefeitura	50
monumental, monumentalidade, monumento, monumentos	43
cidade, cidades	39
histórico, históricos, histórica, históricas, história	39*
estacionamento, estacionamentos	35
carro, carros	32
requalificação, requalificada, requalificado	32
centro, central	26
público, públicos	26
Iphan	25
revitalização, revitalizado, revitalizar	23
veículo, veículos	23
restauração, restauradas, restaurado, restaurados, restaurando, restaurar, restaurativa	21
reforma, reformada, reformado, reformas	19
pessoa, pessoas	17
PAC	13
População	11
cultura, culturais, cultural	9*
resgatar, resgate, resgatando, resgatado	9
goianiense, goianienses	8
tombamento, tombada, tombado, tombados, tombou	8
goiana, goiano, goianos	7
Arquitetura	6
Povo	6
Traçado	6
Déco	5
Conjunto	3
Patrimônio	2*
Preservação	2
Reconfiguração	1
Reconstrução	1
Reestruturação	1
Regularização	1

*Nestes itens não se computa a palavra quando ela ocorre em nomes próprios, como Instituto do *Patrimônio Histórico e Artístico Nacional* ou Secretaria Municipal de *Cultura*.